



JORNAL da REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

§ 0.50

Número Extraordinário

SUMÁRIO

GOVERNO:

Decreto do Governo N.º 15/2020 de 30 de Outubro

Medidas de execução da declaração do estado de emergência efetuada pelo Decreto do Presidente da República n.º 66/2020, de 27 de outubro 1

Decreto do Governo N.º 16/2020 de 30 de Outubro

Aprova o regulamento do apoio financeiro para fins de habitação atribuído aos Combatentes Veteranos da Libertação Nacional desmobilizados 5

DECRETO DO GOVERNO N.º 15/2020

de 30 de Outubro

MEDIDAS DE EXECUÇÃO DA DECLARAÇÃO DO ESTADO DE EMERGÊNCIA EFETUADA PELO DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 66/2020, DE 27 DE OUTUBRO

No passado dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou a existência de uma pandemia de COVID-19.

Apesar dos esforços empreendidos por todos os Estados no sentido de prevenir e controlar a progressão da doença, constata-se que a mesma continua a alastrar, mantendo-se assim um elevado grau de risco para a saúde pública internacional.

Reconhecendo a gravidade da situação epidemiológica internacional, importa manter um conjunto importante de medidas de prevenção e controlo de um eventual surto de COVID-19 em Timor-Leste, algumas das quais poderão configurar limitações ao gozo de alguns direitos e liberdades fundamentais.

Assim, e tendo presente as normas constitucionais relativas à suspensão do gozo de alguns direitos fundamentais, o Governo propôs ao Chefe do Estado a declaração do estado de emergência, o que efetivamente veio a ocorrer através do Decreto do Presidente da República n.º 66/2020, de 27 de outubro.

De acordo com o aludido decreto presidencial, durante a vigência do estado de emergência ficam parcialmente suspensos os direitos fundamentais de circulação internacional, de liberdade de circulação e de resistência.

Impõe-se agora ao Governo a obrigação de determinar, em concreto, as medidas de execução da declaração do estado de emergência, o que se faz por via do presente diploma.

Assim, o Governo decreta, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 115.º da Constituição da República, para valer como regulamento, o seguinte:

Artigo 1.º Objeto

O presente diploma aprova as medidas de execução da declaração do estado de emergência efetuada pelo Decreto do Presidente da República n.º 66/2020, de 27 de outubro.

Artigo 2.º Âmbito de aplicação territorial

O presente diploma aplica-se em todo o território nacional.

Artigo 3.º Princípio da legalidade

Os órgãos e serviços da administração pública responsáveis

pela aplicação das normas constantes do presente diploma atuam em obediência à lei e ao direito, dentro dos limites dos poderes que lhes estejam atribuídos e em conformidade com os fins para que os mesmos poderes lhes forem conferidos.

Artigo 4.º

Princípio da igualdade

Os órgãos e serviços da administração pública responsáveis pela aplicação das normas constantes do presente diploma não podem privilegiar, beneficiar, prejudicar ou isentar de qualquer dever nenhum cidadão ou estrangeiro que se encontre em território nacional em razão de ascendência, sexo, orientação sexual, raça, língua, território de origem ou local de residência, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou posição social, estado civil ou condição física ou mental.

Artigo 5.º

Princípios da proporcionalidade e da necessidade

1. Os órgãos e serviços da administração pública responsáveis pela aplicação das normas constantes do presente diploma só podem afetar os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos ou estrangeiros que se encontrem em território nacional quando necessário e em termos adequados e proporcionais aos objetivos a realizar.
2. O uso da força na imposição do cumprimento das normas previstas no presente diploma só é autorizado quando para aquele efeito não se possa recorrer a outros meios.
3. O emprego da força é sempre precedido de intimação à obediência realizada de forma perceptível e sempre dentro do estritamente necessário e na medida do exigido para o cumprimento do dever legal.
4. Os meios a utilizar no recurso à força obedecem aos pressupostos da mínima intervenção e mínima lesão possível, só podendo ser utilizados meios mais gravosos, nomeadamente o recurso a armas, instrumentos, equipamentos ou objetos, quando manifestamente não for viável ou suficiente o recurso à força física.

Artigo 6.º

Obrigatoriedade do controlo sanitário

1. Todos os indivíduos que pretendam entrar ou sair do território nacional estão obrigatoriamente sujeitos a controlo sanitário, nos termos do Regulamento Sanitário Internacional.
2. Para efeitos de cumprimento do disposto no número anterior, a entrada e saída do território nacional efetua-se exclusivamente pelos postos de fronteira habilitados para o efeito e durante as horas do respetivo funcionamento.

3. Fica proibida a passagem fronteiriça terrestre para fins tradicionais ou costumeiros e para acesso a mercados regulados.
4. A entrada de estrangeiros em território nacional através dos postos de fronteira terrestres fica sujeita à prévia autorização prestada pelo membro do Governo responsável pela área dos negócios estrangeiros e cooperação.
5. Os indivíduos que entrem em território nacional desrespeitando o disposto nos n.ºs 2 e 3 são punidos com coima de 30 a 250 dólares americanos e suportam as despesas que resultem do respetivo isolamento profilático.
6. A aplicação e cobrança da coima prevista no número anterior cumpre o disposto nos artigos 149.º a 154.º da Lei n.º 11/2017, de 24 de maio, retificada pela Declaração de Retificação n.º 9/2017 e pela Declaração de Retificação do Sumário n.º 10/2017, ambas publicadas no *Jornal da República*, Série I, n.º 27, de 12 de julho de 2017.

Artigo 7.º

Proibição de embarque

1. Os indivíduos que apresentem sintomatologia de se encontrarem doentes com COVID-19 ou infetados com SARS-CoV-2 não podem entrar em autocarros nem embarcar em navios ou aeronaves.
2. Para efeitos de aplicação do número anterior, consideram-se sintomas da doença COVID-19 ou de infeção com SARSCoV-2:
 - a) Temperatura corporal ou febre igual ou superior a 37,5º C (trinta e sete graus centígrados e meio);
 - b) Tosse;
 - c) Dor de garganta;
 - d) Constipação;
 - e) Dificuldades respiratórias ou falta de ar.
3. Os indivíduos que sejam proibidos de entrar em autocarros ou embarcar em navios ou aeronaves em conformidade com o n.º 1 devem preencher o Formulário de Declaração Médica Obrigatória e são obrigatoriamente conduzidos a um estabelecimento de saúde ou a uma unidade de isolamento para serem sujeitos a exames médicos de diagnóstico da COVID-19 ou de infeção pelo SARS-CoV-2.
4. O disposto nos números anteriores não é aplicável aos casos de evacuação médica.

Artigo 8.º

Isolamento terapêutico obrigatório

1. Todos os indivíduos que entrem em território nacional são obrigados a realizar exames médicos de diagnóstico da COVID-19 ou de infeção pelo SARS-CoV-2 quando apresentem a sintomatologia descrita no n.º 2 do artigo anterior.
2. Ficam obrigatoriamente sujeitos a isolamento terapêutico os indivíduos aos quais seja diagnosticada COVID-19 ou infeção pelo SARS-CoV-2.

Artigo 9.º

Isolamento profilático obrigatório

1. Ficam sujeitos a isolamento profilático obrigatório, em estabelecimento de saúde, residência ou centro de isolamento estabelecido para o efeito pelo Estado, todos os indivíduos que:
 - a) Entrem em território nacional vindos do estrangeiro;
 - b) Apresentem a sintomatologia descrita no n.º 2 do artigo 7.º;
 - c) Sejam suspeitos de estar infetados com SARS-Cov-2, mas cujos testes de COVID-19 resultam inconclusivos;
 - d) Sejam profissionais de saúde que tenham trabalhado em centro de isolamento onde se prestam cuidados a doentes com COVID-19 ou infetados com SARS-Cov-2;
 - e) Tenham estado em contato próximo ou tenham coabitado ou partilhado o mesmo ambiente com um doente com COVID-19.
2. O isolamento profilático obrigatório cessa com o termo do prazo previsto no artigo seguinte se não existir fundamento para a imposição do regime de isolamento terapêutico obrigatório.
3. As regras de isolamento profilático obrigatório dos membros das tripulações de aeronaves que assegurem o transporte internacional de passageiros ou de mercadorias, dos motoristas de veículos pesados de transporte internacional terrestre de mercadorias e dos trabalhadores do setor petrolífero são aprovadas por diploma ministerial da Ministra da Saúde.
4. As despesas relacionadas com o isolamento profilático são suportadas por cada indivíduo quando o mesmo seja cumprido em estabelecimento de saúde, residência ou centro de isolamento privados.

Artigo 10.º

Duração do período de isolamento

1. O período de isolamento previsto:
 - a) No artigo 8.º, cessa com a alta médica;
 - b) No n.º 1 do artigo anterior, cessa ao final de catorze dias, contados da data de início do período de isolamento.
2. O período de isolamento dos membros das tripulações de aeronaves que assegurem o transporte internacional de passageiros ou de mercadorias e dos motoristas de veículos pesados de transporte internacional terrestre de mercadorias coincide com o tempo de permanência dos mesmos em território nacional, descontado o tempo de tripulação dos veículos.

Artigo 11.º

Encerramento temporário dos postos de fronteira

Em casos excepcionais, justificados por razões de saúde e segurança da população, o Ministro do Interior pode determinar o encerramento temporário dos postos de fronteira ou a redução do horário de atendimento público nos mesmos.

Artigo 12.º

Regras de distanciamento social

Durante a vigência do presente diploma, todos os indivíduos residentes em Timor-Leste ficam obrigados a:

- a) Manter uma distância de, pelo menos, um metro e meio relativamente a outros indivíduos com os quais não vivam em economia comum;
- b) Utilizar máscara facial que cubra o nariz e a boca quando tenham que aceder ou permanecer em recintos públicos ou privados de utilização coletiva;
- c) Higienizar as mãos quando pretendam entrar em estabelecimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços ou em edifícios onde funcionem serviços da administração pública.

Artigo 13.º

Licenças e autorizações

1. No decurso da vigência do presente diploma, as licenças, as autorizações e os demais atos administrativos e documentos mantêm-se válidos independentemente do decurso do respetivo prazo de validade.
2. O disposto no número anterior inclui os vistos e as autorizações de residência ou de permanência concedidos aos estrangeiros que se encontram em Timor-Leste.

Artigo 14.º

Fiscalização

1. A fiscalização do cumprimento das disposições do presente diploma compete às forças e serviços de segurança e às equipas de vigilância epidemiológica e sanitária, incumbindo-lhes designadamente:
 - a) A emanação das ordens legítimas nos termos do presente diploma e a cominação e a participação pela eventual prática de crimes conforme previsto no presente diploma;
 - b) Promover as diligências necessárias para assegurar o cumprimento do regime de isolamento obrigatório por parte de todos quantos se encontrem sujeitos a esse regime.
2. Os serviços de saúde informam as forças e os serviços de segurança acerca da identidade de todos os indivíduos que se encontrem sujeitos a isolamento obrigatório, bem como acerca do local onde os mesmos devem permanecer em isolamento.

Artigo 15.º

Direito de resistência

Fica impedido todo e qualquer ato de resistência ativa ou passiva às ordens emanadas das autoridades públicas competentes em execução da declaração do estado de emergência.

Artigo 16.º

Dever geral de cooperação

Durante o período de vigência do estado de emergência, todos os indivíduos residentes em Timor-Leste e demais entidades estão sujeitos ao dever de colaboração, nomeadamente através do cumprimento de ordens ou instruções que para o efeito lhes sejam transmitidas e da pronta satisfação das solicitações que, justificadamente, lhes sejam dirigidas para a concretização das medidas previstas no presente diploma.

Artigo 17.º

Dever especial de cooperação dos responsáveis regionais e municipais e das lideranças comunitárias

O Presidente da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, os Presidentes das Autoridades

Municipais, os Administradores Municipais, os Administradores dos Postos Administrativos, os Chefes dos Sucos e os Chefes das Aldeias devem cooperar com os órgãos e serviços da administração central, designadamente com as autoridades sanitárias e com as forças de segurança, na:

- a) Disseminação de informação, pelas comunidades locais, sobre formas de prevenção da COVID-19;
- b) Prestação de informação às autoridades sanitárias ou às forças de segurança sobre indivíduos que apresentem os sintomas referidos no n.º 2 do artigo 7.º;
- c) Imediata comunicação de casos de violência baseada no género praticados contra mulheres, crianças, idosos ou pessoas com deficiência;
- d) Comunicação às autoridades policiais da entrada em território nacional de pessoas providas do estrangeiro;
- e) Prestação das informações ou realização das tarefas que lhes sejam solicitadas para efeitos de prevenção ou combate à COVID-19.

Artigo 18.º

Termo da vigência

O presente diploma caduca com o termo do estado de emergência.

Artigo 19.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor às 00:00 horas do dia 4 de novembro de 2020.

Aprovado em Conselho de Ministros em 28 de outubro de 2020.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

DECRETO DO GOVERNO N.º 16/2020

de 30 de Outubro

**APROVA O REGULAMENTO DO APOIO FINANCEIRO
PARA FINS DE HABITAÇÃO ATRIBUÍDO AOS
COMBATENTES VETERANOS DA LIBERTAÇÃO
NACIONAL DESMOBILIZADOS**

Considerando que a Constituição da República Democrática de Timor-Leste consagra, no seu artigo 11.º, o reconhecimento e a valorização da resistência secular do Povo Maubere contra a dominação estrangeira e o contributo de todos os que lutaram pela independência nacional;

Reafirmando a vontade de homenagear todos os Combatentes da Libertação Nacional pela dedicada e honrosa participação na luta pela independência nacional, nos termos da Lei n.º 3/2006, de 12 de abril, alterada pela Lei n.º 9/2009, de 29 de julho, e pela Lei n.º 2/2011, de 23 de março;

Considerando que a alínea j) do n.º 1 do artigo 23.º do Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional, aprovado pela Lei n.º 3/2006, de 12 de abril, alterada pela Lei n.º 9/2009, de 29 de julho, e pela Lei n.º 2/2011, de 23 de março, confere aos Combatentes da Libertação Nacional o direito de participar e beneficiar de programas de reinserção social, bem como de quaisquer outros programas que concedam apoios ao Combatente da Libertação Nacional, nomeadamente nas áreas da educação, formação técnico-profissional, emprego, acesso ao crédito e atividades geradoras de rendimento, nos termos em que o acesso a esses programas estiver regulamentado;

Tendo em conta que o Governo, através do Programa do VIII Governo Constitucional, continua a honrar o passado e os nossos heróis nacionais;

O Governo decreta, ao abrigo do disposto na alínea p) n.º 1 do artigo 115.º da Constituição da República, para valer como regulamento, o seguinte:

Artigo 1.º
Objeto

O presente regulamento fixa o apoio financeiro no valor de \$ 40,000.00 (quarenta mil dólares americanos) para fins de habitação a ser atribuído a cada um dos Combatentes Veteranos da Libertação Nacional desmobilizados de 20 a 24 anos de luta.

Artigo 2.º

Âmbito

O presente diploma aplica-se a todos os Combatentes Veteranos da Libertação Nacional desmobilizados de 20 a 24 anos de luta, residentes em território nacional, que reúnam as condições legais para efeitos de atribuição do apoio financeiro para uma habitação condigna.

Artigo 3.º

Formas de atribuição

O apoio financeiro previsto no presente diploma é atribuído da seguinte forma:

- a) Ao Combatente Veterano da Libertação Nacional desmobilizado de 20 a 24 anos de luta que ainda não possui uma habitação condigna e adequada é atribuído o apoio financeiro para construção da sua habitação;
- b) Ao Combatente Veterano da Libertação Nacional desmobilizado de 20 a 24 anos de luta que está a construir a sua habitação própria, não a tendo ainda finalizado, é atribuído o apoio financeiro a título de comparticipação do Estado;
- c) Ao Combatente Veterano da Libertação Nacional desmobilizado de 20 a 24 anos de luta que já possui uma habitação condigna e adequada é atribuído o apoio financeiro a título de comparticipação do Estado pela obra realizada.

Artigo 4.º

Procedimento

1. O Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional procede à atribuição do apoio financeiro através da celebração de contrato ou acordo de subvenção pública entre o Ministério e o respetivo beneficiário, conforme definido no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto do Governo n.º 1/2009, de 18 de fevereiro, alterado pelo artigo 27.º do Decreto do Governo n.º 1/2016, de 1 de fevereiro.
2. A atribuição do apoio financeiro referido no número anterior é efetuada através de transferência bancária para conta bancária de que o respetivo beneficiário seja titular.
3. O apoio financeiro atribuído sujeita-se a supervisão técnica e financeira por parte do ministério da tutela, podendo ser constituída uma equipa conjunta composta por técnicos do Ministério para os Assuntos dos Combatentes da

Libertação Nacional, membros do Conselho das Combatentes da Libertação Nacional e Combatentes Veteranos comandantes ativos nas F-FDTL, para garantir a sua implementação.

Artigo 5.º
Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros em 28 de outubro de 2020.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

O Ministro para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional,

Júlio Sarmento da Costa “Meta Mali”